

Edição v. 37
número 3 / 2018

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 37 (3)
dez/2018-mar/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

O que nos diz a máquina de escrever? Notas sobre a escrita de um Brasil moderno

What does the typewriter tell us? Notes on writing of a modern Brazil

BRUNO GUIMARÃES MARTINS

Doutor em Literatura pela PUC-Rio e professor no departamento de Comunicação Social da UFMG desde 2006 onde ministra disciplinas na graduação e na pós-graduação. E-mail: bruno.morca@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6937-6976

RACHEL BERTOL

Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (Nepcom) da UFRJ e professora de Jornalismo na Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: rachelbertol@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8411-4002.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MARTINS; Bruno Guimarães; BERTOL, Rachel. O que nos diz a máquina de escrever? Notas sobre a escrita de um Brasil moderno. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 03, pp. 09-27, dez. 2018/ mar. 2019.

Enviado em 26 de março de 2018 / Aceito em 24 de dezembro de 2018.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i3.19452>

Resumo

O artigo dialoga com a história da mídia elaborada por Friedrich Kittler, buscando ampliar as perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa da historicidade nos processos comunicacionais. A partir de casos empíricos brasileiros (material epistolar, artigos de jornal, anúncios), toma-se a máquina de escrever como meio de comunicação escrita que participou de forma relevante da modernização do país na virada do século XIX ao XX. No momento de aparecimento das primeiras mídias técnicas, segundo Kittler, a invenção de um aparelho ambíguo, percebido tanto como ferramenta quanto como tecnologia, propiciou uma nova relação com a escrita e uma mudança na “rede discursiva”, simultaneamente ao impacto de invenções óticas e sonoras, especialmente o filme e o gramofone. Ao considerar as condições técnicas historicamente localizadas para a articulação discursiva buscaremos explorar dilemas próprios da história das mídias em regiões geralmente classificadas como periféricas, como o Brasil.

Palavras-chave

Máquina de escrever; História da mídia; Friedrich Kittler.

Abstract

The article addresses topics of the media history elaborated by Friedrich Kittler, seeking to broaden the theoretical-methodological perspectives for the research of the historicity in the communication processes. Based on Brazilian empirical cases (epistolary material, newspaper articles, advertisements), the typewriter is used as a medium for written communication that participated in a relevant way in the modernization of the country at the turn of the XIXth to the XXth centuries. According to Kittler, the typewriter is an ambiguous apparatus, perceived both as a tool and a technology that led to a new relationship with writing. It was created in a period of many technical media inventions and along with the impact produced by the optical and sound innovations, especially the film and the gramophone, it contributed to change the “discourse network” of that time. Considering the technical and historical conditions of the discourse, we will explore some of the media history dilemmas in regions usually classified as peripheral, such as Brazil.

Keywords

Typewriter; Media history; Friedrich Kittler.

Introdução

O artigo tem como base indagações que surgiram a partir de aproximações entre história da mídia e literatura. Nesse sentido, apresentaremos alguns dos conceitos e métodos sugeridos por Friedrich Kittler (1990, 1999, 2016) que se mostraram ferramentas úteis nessas investigações, buscando abordar o que já foi nomeado como “crítica pós-hermenêutica” (WELLBERY, 1990). Nossa atenção se volta para o período de transformações ocorridas na virada do século XIX para o XX, quando, assim como estabelece nossa historiografia, com o fim da escravidão e a reorganização política do Segundo Reinado para a República, inaugurou-se no Brasil um processo de modernização. Trata-se então de observar este momento histórico de inegável relevância através das lentes da história da mídia com o objetivo de contribuir para a ampliação do leque de recursos teóricos e metodológicos que possam adensar a pesquisa em torno da historicidade nos processos comunicacionais.

Ao realizar uma apropriação original de diferentes autores que podem ser classificados como pós-estruturalistas – especialmente Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan – Kittler desenvolve uma metodologia descritiva para a história da mídia ao pressupor que o processamento, o registro e a transmissão da informação dependem de dispositivos específicos, especialmente com o aparecimento das “mídias técnicas” na virada do século XIX para o século XX.

Neste momento histórico quando as mídias técnicas operam a separação entre o acústico, o ótico e o escrito, nos parece bastante instigante observar o feixe de complexas redes discursivas que se cristalizam na máquina de escrever. Certamente, a despeito das forças globalizantes que dependem justamente dos meios de comunicação, existem diferenças significativas entre os usos e a disseminação da escrita no Brasil e na Europa, pois enquanto a escrita e a leitura já se encontravam na Europa bastante disseminados no século XVIII, na segunda metade do século XIX escrita e leitura ainda apresentavam aqui restrições severas. Entretanto, é notável que a diferença de mais de três séculos entre o aparecimento da prensa tipográfica na Europa e sua chegada ao Brasil no início do século XIX, praticamente se apaga com a sincronia da adoção da máquina de escrever em fins do século XIX e início do século XX.

Importante destacar que o artigo propõe uma modificação na compreensão do aparelho técnico que ao se inscrever em um momento histórico não deve desconsiderar suas especificidades culturais, todavia, insistimos que modificar o ponto de observação poderá trazer novas perspectivas para compreender relações entre os meios de comunicação e história da cultura.

A escolha do momento histórico abordado pelo artigo se justifica pelas profundas transformações midiáticas então ocorridas. Sobretudo, serão analisados, a partir de alguns exemplos empíricos, aspectos que se referem à introdução da máquina de escrever no cotidiano brasileiro da virada do século. Não daremos destaque a figurações da máquina ou da escrita no discurso literário, mas buscaremos por sua percepção e apropriação no dia-a-dia, especialmente na visão daqueles que seriam afetados diretamente por sua existência, como burocratas e escritores profissionais. Além disso, destacaremos duas tentativas frustradas de invenção de máquinas de escrever no país. Acreditamos que a máquina de escrever modifica não só a autoimagem do escritor e da escrita, mas esta nova ferramenta tem implicação nos dilemas enfrentados pelos intelectuais e letrados, especialmente em relação aos projetos de país desenhados a partir de sua escrita.

Assim como Kittler, ao dar ênfase à máquina de escrever, buscamos compreender transformações amplas ao comparar a mão que caligrafa e a mão que datilografa. Observar a máquina de escrever simultaneamente como técnica e ferramenta de escrita nos permite analisá-la historicamente como suporte midiático. A maneira como o historiador da mídia “se debruça” sobre as particularidades e os usos deste aparelho é uma amostra de sua metodologia: ao observá-lo minuciosamente, desvendam-se imbricações que não permitem uma análise isolada da escrita, pois surgem relações diversas com outras experiências e outros aparelhos, como os que registram sons e imagens.

História da mídia

O gesto historiográfico de Kittler insiste em observar os meios de comunicação para buscar como “a primeira mídia tecnológica” foi registrada em “velhos papéis de livros” na forma de uma “estética do terror” quando escritores projetaram em seus textos “uma imagem fantasmagórica de nosso presente como futuro” (1999, p. XL). Dessa forma, ao descrever o desenvolvimento de técnicas capazes de processar sons, imagens e textos – gramofone, filme, máquina de escrever – e as formas pela quais se anunciaram estas técnicas, suas expectativas e usos, torna-se possível figurar um “futuro passado”. Descrever mudanças nas formas de processar, registrar e transmitir informação implica de forma inextrincável textos, sons e imagens, conduzindo a uma investigação genealógica da “pré-história” das mídias técnicas que remonta, por exemplo, à *camara obscura* e à *lanterna mágica*.

Kittler dedicou-se longamente a descrever a complexidade de “redes discursivas” emaranhadas na comunicação literária especialmente no século XIX,

quando o Romantismo alcançou seu ápice. O livro era então a principal mídia ao permitir, através do processamento e do registro da informação escrita, acesso a sofisticadas ilusões óticas e acústicas, especialmente para leitores extremamente proficientes. Quando gravar sons, filmar sequências e datilografar letras passaram a ser opções em outros dispositivos midiáticos, ou seja, diante do aparecimento das primeiras mídias técnicas na virada do século XX, a escrita (e a imaginação literária) defrontou-se com o fato de que algumas de suas qualidades expressivas tornaram-se obsoletas diante de aparelhos como o gramofone e o filme.

Ao se aproximar da história da literatura, o historiador da mídia não pretende acusar determinação, mas refletir sobre as condições de possibilidade para que uma articulação discursiva possa acontecer, ou seja, como em um determinado momento histórico, as mídias disponíveis implicam formas expressivas e artísticas. Assim, explica-se uma preferência pelo “gesto descritivo”, pois o objetivo não é realizar uma hermenêutica – que busca desvendar algo que se esconde –, mas indicar as condições para as possibilidades de comunicação. Foi isto que Wellbery (1990), importante interlocutor norte-americano da obra de Kittler, denominou “pós-hermenêutica”.

Ao traçar uma longa genealogia das mídias óticas que remonta à perspectiva da *camara obscura* utilizada por pintores renascentistas, Kittler (2016) demonstrou como uma série de dispositivos pré-cinematográficos (*lanternas mágicas*, *cosmoramas*, *dioramas*) tiveram seus efeitos ilusórios reproduzidos pela literatura romântica. Diante do aparecimento do filme, a literatura questiona sua capacidade em produzir tais ilusões representativas, caminhando em direção à iconoclastia não figurativa que caracterizou grande parte das chamadas vanguardas modernas. De forma similar, acreditamos que para analisar criticamente o presente da escrita, não mais estabilizada em torno de sua principal mídia, o livro, torna-se necessário considerar uma complexa ecologia midiática que não pode ser separada de uma abordagem histórica.

[...] uma análise que procura identificar no campo histórico as interseções e fronteiras entre a cultura da escrita e a técnica das imagens é um preparo imprescindível para a pergunta insistente sobre o possível *status* da escrita e da literatura nos dias de hoje (KITTLER, 2016, p. 26).

O ensaio historiográfico se insinua como um tortuoso caminho para “compreender a mídia contemporânea”, pois impõe deslocamentos em direção à alteridade temporal para que seja possível encontrar desvios das dominantes plataformas digitais que hoje monopolizam o debate. Para compreender suas potencialidades ou suas formas específicas de controle, acreditamos ser necessário

observá-las desde uma perspectiva que não pode deixar de considerar, historicamente, o palimpsesto midiático que a compõe. Em outras palavras, revisitar arquivos que registraram transformações nos meios de processar, armazenar e transmitir informação poderá nos indicar caminhos para, a partir dos processos históricos, compreender a mídia contemporânea. Para tanto, tomaremos a máquina de escrever como “plataforma”, numa referência à contemporaneidade, que pode comportar certo anacronismo, mas seria útil para evidenciar questões relevantes relacionadas à naturalização do seu uso cotidiano.

Relativizando o determinismo

A história da mídia, como elaborada por Kittler, certamente foi uma inspiração para os conceitos de “materialidades da comunicação” e da “crítica não-hermenêutica” propagados por H. U. Gumbrecht (1994, 1998), o que remonta, direta ou indiretamente, a McLuhan e ao seu bordão: “O meio é a mensagem”. A polêmica que contrapõe determinismo tecnológico e cultura parece ser retomada sem concessões pelo autor quando afirma: “Os meios determinam nossa situação” (KITTLER, 1999). Se, de fato, há no campo da teoria das mídias autores que retomam Kittler numa chave mais determinista, atuando encerrados no tempo fechado dos circuitos tecnológicos¹, essa afirmação comportaria um fundo tautológico, pois, se os meios são determinantes, o que, por sua vez, os determina?

Kittler reconhece a influência de McLuhan e Harold Innis, como autores que tiveram uma contribuição importante para dar especificidade teórica ao estudo dos meios comunicacionais. No entanto, não deixa de apontar imprecisões no conceito de mídia utilizado por McLuhan, considerando-o profundamente conservador (em certas passagens, o canadense confundiria o Espírito Santo com a máquina de Turing (2016, p. 33), mas mantém uma relação algo ambivalente em relação às suas principais ideias. Segundo Gumbrecht (2013), em certos textos Kittler opõe-se de maneira clara ao bordão de McLuhan, a partir de uma inspiração teleológica, que não poderia ser menosprezada em sua obra.

Ao destacar em suas análises aspectos técnicos dos meios, Kittler observa que McLuhan, assim como Freud, pressupõe o humano como sujeito de todas as mídias. Por um caminho contraintuitivo, Kittler desenvolve uma suspeita inversa, ao destacar que, em certo nível de desenvolvimento, as inovações técnicas fariam referência ou responderiam somente umas às outras, de forma contingente e

¹ Um exemplo de autor nessa linha é Wolfgang Ernst, autor de *Chronopoetics – The temporal being and operativity of technological media* (2016).

desvinculada do corpo coletivo ou individual do ser humano. Essa falta de vínculo, justamente, seria o motivo do “impacto esmagador” que os meios têm sobre os sentidos e os órgãos (2016, p. 32). Mas Kittler não desvincula sua história dos meios das questões políticas e sociais – e chega a afirmar: “Nenhuma história das mídias óticas pode ignorar o fato de que as mídias de entretenimento são sempre, também, máquinas de propaganda” (2016, p. 101). Em comentários sobre o filme, destaca que seu aparecimento deve ser considerado “no contexto de fantasias e das políticas”. Isso embora, segundo ele, seja preciso observar “o fato negativo” de que a televisão “não havia sido sonhada ou imaginada antes que se desenvolvesse” (2016, p. 19).

Para construir sua história dos meios, Kittler se nutre de referências nos mais diversos campos, como a matemática, a história da arte e do cinema, a literatura, a computação. Mas, sobretudo, a base sobre a qual se move é a da filosofia, com destaque para Heidegger e a questão do Ser; Hegel, com quem, como observa Gumbrecht (2013), ele muitas vezes se parece se posicionar como opositor e em outras como seguidor; e Nietzsche, que inspira muitas de suas passagens, com o método genealógico para a história e a questão da corporalidade, imbricada à técnica. Para não se lançar para fora da tradição alemã, todo esse aparato filosófico é atravessado pelo diálogo intenso com autores pós-estruturalistas, especialmente Derrida e a (arque)escritura como condição de possibilidade para o conceito; Foucault e os discursos como ordem para a arqueologia do saber; além de uma estreita analogia com as noções de simbólico, imaginário, real elaboradas por Lacan como crítica à subjetividade tal como proposta por Freud.

Wellbery (1990) define três eixos como pressupostos teórico-conceituais para a história da mídia escrita por Kittler: exterioridade, medialidade e corporalidade. A *exterioridade* constitui uma perspectiva analítica que permite a crítica pós-hermenêutica, uma vez que pretende analisar a construção dos discursos a partir de dispositivos que organizam o que se registra e se armazena, ou seja, complexas estruturas de poder e tecnologia que determinam o que se encontra registrado nos discursos. Dessa forma, ao considerar a especificidade histórica das máquinas que processam e registram o conhecimento revelam-se complexas estruturas que articulam poder e tecnologia. Por sua vez, ampliar o conceito de mídia como algo determinado pelas condições tecnológicas de um momento histórico, o torna aplicável para todas as formas de trocas culturais, estabelecendo-se um domínio de investigações pautadas pela *medialidade*. Tal pressuposto define, por exemplo, as condições gerais para que um discurso tome forma em uma época específica, assim como demonstra Gumbrecht em *Mídia*

literatura (1998) ao descrever historicamente a consolidação de pressupostos (como a ficcionalidade) e expectativas (como seu caráter transgressor) em torno da produção e recepção dos textos literários.

Finalmente, como terceira pressuposição, identifica-se na *corporalidade* um “ponto de referência e um foco de preocupação” (p. XIV), pois indica o corpo como lugar onde as tecnologias culturais se inscrevem, ou seja, um link de conexão de onde simultaneamente partem e convergem as operações midiáticas. Dessa forma, o corpo torna-se um aparato profundamente histórico, configurado e reconfigurado continuamente pelas redes que se formam em seu entorno. Segundo Rocha, falar em corporalidade, em vez de sujeito, indica um “deslocamento sutil, embora decisivo, da centralidade do sujeito, modernamente visto como fonte de ações conscientes, para a centralidade do corpo, visto, numa época pós-hermenêutica, como metonímia da contingência” (1998, p. 21).

A passagem do “sujeito” ao “corpo” tem duas consequências metodológicas: 1) o protagonismo do sujeito ou de sua “agência” recua para um segundo plano; 2) o corpo se torna um *locus* privilegiado para a análise das redes discursivas. Neste sentido, tornam-se visíveis “laços de solidariedade” que orientam a história da mídia em Kittler, contrariamente às acusações de determinismo tecnológico, pois apresenta-se uma inconfundível compaixão pelo *pathos* do corpo em sofrimento: “A crítica pós-hermenêutica (...) afirma sua responsabilidade precisamente a partir da inassimilável alteridade do corpo singular e mortal. Este é o motivo ético pelo qual ela deixa de fazer sentido” (WELLBERY, 1990, XIV; tradução nossa²). Com a máquina de escrever, inscreve-se no corpo (mãos, olhos, postura) uma nova relação com a escrita.

Máquina de escrever como plataforma

O conceito de “medialidade” apresenta-se útil para as pesquisas em comunicação uma vez que abandona qualquer ingenuidade acerca dos meios, ou de sua suposta neutralidade ou imparcialidade. Hoje onipresente, “plataforma” tornou-se a metáfora principal nos meios digitais acoplando-se facilmente às principais e bilionárias empresas: *Google, Uber, Airbnb, Amazon, twitter, Facebook*. Esta última congrega mais de 2 bilhões de pessoas, população que supera a de qualquer nação. No lugar de um “número de identidade”, há códigos algoritmos que definem em dados e metadados as identidades.

² Do inglês: “*Post-hermeneutic criticism, however, draws its responsibility precisely from the unassimilable otherness of the singular and mortal body. This is the ethical reason it stops making sense*”.

A crença na neutralidade da plataforma contribui para o sucesso econômico de empresas que batalham avidamente pela atenção de seus usuários. Se consideramos a “máquina de escrever” como “suporte neutro”, talvez pouco se pudesse dizer a respeito. Mas as metáforas também são sugestivas pelo que não dizem – elas não equivalem ao objeto que querem designar: “o elemento crucial nessa fórmula é a diferença que existe entre ‘a coisa’ e ‘algo mais’. O que torna a metáfora poderosa é o *gap* entre os dois polos da equação” (JOHNSON apud GILLEPSIE 2017). Neste sentido, é relevante destacar que a metáfora da plataforma esconde sob seus espaços planos uma teia de conexões intrincadas e complexas, de múltiplas camadas, onde, por exemplo, agem inúmeros “*trolls*” a assediar usuários de maneira coordenada (GILLPESIE, 2017), como grupos de ódio, não apenas nas redes digitais mas também em espaços públicos de grande repercussão.

Todavia, a ideia de plataforma remete também a algo que se eleva, um ponto de partida para um lance, uma ação, um movimento. “Figurativamente, uma plataforma é plana, aberta, robusta. Em suas conotações, oferece oportunidade de atuar, conectar ou falar de maneiras poderosas e eficazes: pegar o trem, perfurar o petróleo, proclamar suas crenças” (GILLEPSIE, 2017). No caso, trata-se de potencializar a escrita por uma máquina (a plataforma). E o que não é escrever senão atuar, conectar, falar de maneira poderosa e eficaz?

O conceito de “medialidade” permite compreender como os meios propiciam os usos e sentidos não programados, apontando os limites históricos e os privilégios da hermenêutica como forma de interpretação e apropriação. Neste mesmo sentido, parece ser necessário questionar o uso da razão técnica para a elaboração de um discurso universalista e sem história, ironizado por Kittler na formulação do termo “aquele-chamado-Homem” (em inglês, *the-so-called-Man*). Nenhuma novidade em se apontar a relação entre técnica e valores culturais, mas a “medialidade” (ainda mais que os outros dois conceitos da crítica hermenêutica) implica novas formas de observar a história da mídia e pode incrementar a pesquisa dos meios comunicacionais.

Dessa forma, compreender a passagem do manuscrito para a máquina de escrever tem impacto equivalente a uma “mudança tectônica” (HAYLES, 2012, p. 57) que define a transição das redes discursivas no século XIX. Ao observar ainda a literatura como medialidade, ou seja, a partir das técnicas disponíveis para sua articulação discursiva, dissolve-se sua suposta universalidade, reposicionando a importância do dispositivo de escrita cotidiana a partir do qual se constitui um nova perspectiva de observação da comunicação literária:

[separar] (...) "poesia" romântica (produzida sob o monopólio da impressão e alfabetização universal) de "literatura" moderna (onde a escrita entra em competição com a mídia técnica do gramofone e do filme). Desta perspectiva, a máquina de escrever (...) pode ser vista iniciando uma mutação fundamental no modo de existência da linguagem. (WELLBERRY, 1990, p. XIV, tradução nossa)³

Seguindo comentários de Heidegger, Wellberry (1990, p. XXX) afirma que a máquina de escrever afasta a linguagem da mão, o que distinguiria, de acordo com Aristóteles, o "homem". Sem compartilhar dessa nostalgia, Kittler torna tal intuição historicamente concreta, pois escrever à máquina significa libertar a escrita do controle do olho e da consciência; institui-se o espaçamento como a precondição da diferenciação; armazena-se um reservatório de significantes que desafiam a página. Tais modificações, portanto, alteram o *status* do discurso e reposicionam corpos que escrevem e leem literatura, textos científicos ou *faits divers*.

Se há inúmeros estudos que se ocupam do impacto do telégrafo, poucos voltam suas investigações para o aparecimento da máquina de escrever. Na hipótese de Kittler (1990) – que realiza sua investigação a partir de um variado material empírico – o impacto não teria sido pequeno. Os simbolistas, com os jogos de escrita automática, estariam entre os primeiros a pressentir o que significou a possibilidade de abandonar a pena para escrever à máquina modificando então a forma como mão que escreve relaciona-se com o corpo e a consciência. Hoje, vê-se o paroxismo desse automatismo: máquinas autônomas processam informação e "escrevem".

"Datilografar" implicava um certo distanciamento no uso das letras, sendo as primeiras máquinas projetadas para permitir a expressão de pessoas cegas. Kittler investiga a relação entre os projetos iniciais e seus usos efetivos, descrevendo, por exemplo, como um Nietzsche se apropria do aparelho, primeiramente para solucionar seus próprios problemas de visão. Todavia, o filósofo passa do entusiasmo com a máquina para a reflexão sobre sua influência sobre sua própria filosofia.

Um outro aspecto da adoção gradual e massiva da máquina de escrever no cotidiano foi a entrada no mercado de trabalho de um grande número de datilógrafas, como, por exemplo, secretárias, abrindo um grande campo de trabalho para as mulheres. Nesta associação algo inesperada para um historiador que inicia sua narrativa a partir de um aparelho técnico, demonstra-se a articulação entre exterioridade, medialidade e corporalidade. Ao descrever historicamente a

³ Vejamos o trecho em inglês: "It operates in our own historical backyard, severing, as Kittler shows, Romantic 'poetry' (produced under the monopoly of print and universal alphabetization) from modern 'literature' (where writing enters into competition with the technical media of phonograph and film). From this perspective the typewriter, still a component of our historical a priori, can be seen to initiate a fundamental mutation in the mode of existence of language."

máquina de escrever, este aparelho posicionado *fora* do próprio discurso se apresenta como um pivô capaz de *articular* uma discrepância entre a ausência de *autoras* de literatura antes do século XX. Como um efeito ricochete, aspectos socioeconômicos nas formas de uso e apropriação da máquina de escrever são amplificados a compreensão da importância da mídia para a história da cultura aproximando-se de candentes questões contemporâneas que articulam corpo, gênero e discurso.

Inventar e escrever no Brasil

Kittler centra sua análise no cenário alemão, mas suas proposições sobre a máquina de escrever nos inspiraram a pesquisar como a “geringonça” se estabeleceu no Brasil. O historiador da imprensa Juarez Bahia aponta quando os jornais passaram a adotá-la: “em 1912, ingressam nas redações máquinas de escrever que começam a substituir as canetas com bico-de-pato. Tesoura e gilete sobreviverão por longo tempo, ao lado da cola” (2009, p. 138). Entretanto, já nas duas últimas décadas do século XIX, inúmeros anúncios sobre as novas máquinas de escrever disputavam espaço com os mais modernos gramofones disponíveis em lojas requintadas do comércio no Rio de Janeiro.

De fato, desde o antigo Império era possível ler notícias sobre esses aparelhos nos jornais⁴. Por exemplo, em destaque na primeira página da edição de 10 de setembro de 1877, no *Jornal do Commercio*, lemos uma notícia sobre a visita de Pedro II à Europa quando, dentre muitos outros afazeres, o Imperador adquiriu “dous exemplares do curioso *diplographo* ou machina de escrever para os cégos, inventada pelo Sr. Recordon”. O nome (ironicamente, pela referência a ideia de “recordar”) não indicava uma brincadeira com a possibilidade de arquivamento possibilitado pela máquina, mas de Ernest Recordon, italiano de Gênova que havia inventado uma de suas versões. Antes disso, o mesmo *Jornal do Commercio* noticiou as tentativas do inventor Jesuíno Antonio Ferreira de Almeida, que fez diferentes reivindicações junto ao Império para que se adotasse a máquina de escrever criada por ele. Em 20 de setembro 1867, dez anos antes da viagem mencionada de Pedro II, Jesuíno defendeu a adoção de seu invento:

Um empregado munido de uma máquina de escrever fará o serviço de cinco amanuenses num mesmo tempo dado (...). Poderá ser

⁴ Os casos brasileiros destacados foram inicialmente pesquisados para tese *A crítica literária em circuitos jornalísticos: José Veríssimo na imprensa da 'belle époque' carioca*, de Rachel Bertol, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ (2016). Aqui, o estudo dos casos é aprofundado. Trata-se de exemplo de uso das ideias de Kittler para a história dos meios e da imprensa no Brasil, embora o autor seja mais referido em estudos sobre o impacto dos novos meios na contemporaneidade. Um exemplo pode ser encontrado em Muller; Felinto (2008).

feita no Império uma economia de centenas de contos anualmente neste ramo do serviço público (ALMEIDA, *Jornal do Commercio*, 20.09.1867).

O inventor parecia ter conseguido o que almejava pois um decreto de 2 de outubro de 1867 “concede ao bacharel Jesuíno Antonio Ferreira de Almeida privilégio por dez anos para usar no Império de uma máquina de escrever, de sua invenção”⁵. A informação não é de pouca importância: Jesuíno de Almeida inventou uma máquina de escrever no Brasil e teve sua patente registrada⁶. Em 12 de julho de 1884, em tons quase épicos, recupera a história dos seus esforços para que sua máquina fosse adotada ao palestrar para professores e estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formara⁷:

Há mais de 20 anos que trabalho no sentido de vulgarizar entre homens de letras um sistema de escrever, de minha invenção, que julgo será instrumento poderoso para auxiliar o trabalho intelectual.

Julgo o meu sistema de escrever tão superior em rapidez à escrita usual, alfabética, ou caligráfica, que tendo de comparar com outra, creio poder formar o seguinte paralelo: – a nova escrita, em rapidez é semelhante à bala arremessada do canhão aos espaços pela força irresistível dos explosivos; – a escrita alfabética é semelhante à tartaruga que quisesse seguir a bala em seu percurso.

Nenhuma ideia pode vingar sem ser estudada, discutida, combatida (ALMEIDA, *J. do Commercio*. 1884, p. 3).⁸

A analogia entre a escrita à máquina e a bala arremessada por canhão, que aponta para a velocidade e força cinética, evoca os paralelismos realizados por Kittler entre história, mídia e guerra, que sempre funcionou como propulsora para o desenvolvimento da tecnologia midiática. Neste sentido, pintores como Dürer e Leonardo da Vinci deram contribuições importantes “para a *camara obscura* e para a engenharia de fortalezas, ou seja, para a defesa das cidades contra as novas armas de artilharia” (2016, p. 75). Tal perspectiva permite superpor a *camara obscura* com o “profundo propósito do tiro para derrubar o inimigo, que precisava

⁵Disponível no seguinte endereço do banco de dados da administração federal: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1867-10-02:3971>. Acesso em 20.02.2018. O texto diz: *Concede ao Bacharel Jesuíno Antonio Ferreira de Almeida privilegio por dez annos para usar no Imperio de uma machina de escrever, de sua invenção*. Attendendo ao que Me requereu o Bacharel Jesuíno Antonio Ferreira de Almeida e tendo ouvido o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem conceder-lhe privilegio por dez annos para usar no Imperio de uma machina de escrever, de sua invenção./ Manoel Pinto de Souza Dantas, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Outubro de mil oitocentos sessenta e sete, quadragesimo sexto da Independencia e do Imperio./ Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador./ Manoel Pinto de Souza Dantas.”

⁶Disponível neste endereço: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=402914>. Acesso em 20.02.2018.

⁷<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&PagFis=10769&Pesq=machina%20escrever>. Acesso 20.02.2018.

⁸ Optou-se por atualizar a ortografia.

estar na exata mira em perspectiva”, dispendo armas de fogo e arte pictórica como parte de uma mesma “revolução da vista” capitaneada pela perspectiva. Da mesma, ao modo de um pré-futurismo, o inventor brasileiro defende a máquina de escrever a partir de seu impacto “explosivo”, reivindicando ainda sua discussão como combate. Sua voz, porém, parece ecoar no vazio tropical.

Não temos informações sobre detalhes técnicos da máquina de Jesuíno. No texto de 1884, ele afirma que, no tempo que passou no convento de São Francisco, em São Paulo, trabalhou com afinco em sua oficina:

Ali depois de trabalho insano, quase impossível, para construir uma oficina rudimentária (*sic*), pobríssima, trabalhando com instrumentos escassos, imperfeitos, e impróprios ao fim que tinha em vista, consegui organizar uma máquina de escrever, para fazê-la funcionar antes mesmo de me ser concedido o privilégio pedido, urgido da necessidade de dar desmentido formal àqueles que investidos de autoridade pública para me fazer conceder ou negar o privilégio, me declararam utopista (ALMEIDA, J. A. F. de. *J. do Commercio*. 1884, p. 3).

O inventor posicionava a máquina de escrever no conjunto de grandes invenções da humanidade, como podemos ler em seu pedido à administração imperial para que adotasse seu invento. Disse ele:

[O inventor] Não analisará os diversos sistemas empregados com mais ou menos proficiência, pelos diferentes povos e em diferentes épocas da humanidade para representar por meio de sinais permanentes os sons fugitivos da linguagem falada.

Não descerá à história das tentativas mais ou menos improficuas, feitas pelos filólogos em diferentes épocas a fim de estabelecer regras invariáveis em relação à linguagem falada e escrita (ALMEIDA, J. A. F. de. *J. do Commercio*. 1884, p. 3).

A escrita à máquina, segundo sua visão, poderia reposicionar as formas de linguagem; seria um avanço em relação à caligrafia e à taquigrafia, “os dois sistemas de escrita empregados para representar o pensamento”, escreveu. Nenhum deles, entretanto, cumpria seu objetivo “por modo inteiramente satisfatório”. A caligrafia propiciava a escrita de “tudo quanto se quer, e ler com facilidade aquilo que se escreve”. Entretanto, teria o defeito de ser “morosa, enfadonha e impotente para acompanhar os voos do pensamento”. Já a taquigrafia, sendo rápida, era capaz de acompanhar esses voos, mas sua maneira de escrever era “equivoca, obscura e muitas vezes indecifrável”.

A razão deste fenômeno é a seguinte: – para se dar à taquigrafia toda a sua rapidez foi necessário que se escrevessem somente as consoantes das palavras, e se tirassem as vogais; assim por exemplo se quisermos escrever por taquigrafia o verbo pedir,

traçaremos somente – p – d – r –; mas a união destas consoantes sem intermédio de vogais determinadas pode também significar *poder, pudor, poderio, podéra, poderá, pedira, pedirá, pedra, padre*, e muitas outras.

Daqui um campo vastíssimo para equívocos de toda a espécie, porque cada palavra se pode confundir com 30, 40, 50, 100, e às vezes mais, de diferentes, e até de opostas significações.

Neste caos o que rege a decifração é a memória do taquígrafo, o qual, pela combinação de antecedentes e consequentes define o significado dos sinais: – mas a memória às vezes falha e então a decifração é impossível; por isso:

Um taquígrafo não pode decifrar o que outro escreveu, e o mesmo que escreveu somente pode decifrar enquanto tem de fresco em sua memória o que ouviu (ALMEIDA, J. A. F. de. *J. do Commercio*. 1884, p. 3).

Nesta floresta de signos e probabilidades (que soaria familiar a um programador de softwares), um sistema que superasse as dificuldades dos dois sistemas então existentes “foi sempre o *desideratum* dos homens da ciência, problema oferecido ao espírito investigador dos pensadores, desde Cícero até nossos dias; estudados, mas não resolvidos por Leibnitz, Rousseau e outros”. Com a escrita à máquina, “a leitura se fará pelo valor absoluto dos sinais e não por combinações mal seguras de antecedentes e consequentes”. Além disso, a “bússola vacilante da memória não será mais numa condição *sine qua non* da decifração”. Jesuíno reiterava ao Imperador: “Os sinais que compõem o novo sistema são traçados pela máquina de escrever inventada pelo suplicante”.

No entanto, a adoção da sua máquina na administração do Império não vingou. Apesar de parecer favorável em 1867 depois de muitos esforços pessoais que realizou, pois Jesuíno convenceu Tavares Bastos, presidente da província de São Paulo, que depois de ver a máquina funcionando, enviou ao Imperador uma recomendação favorável. Como conta no texto de 1884, ele não obteve os recursos necessários para sua fabricação. Uma subvenção de 12 contos chegou a ser aprovada em lei votada pela assembleia provincial do Rio de Janeiro em 1868, mas a liberação dos recursos foi barrada pelo presidente, sob a alegação de “não ser conveniente que pelos cofres públicos se desse auxílio a inventores!”. Assim, sua máquina de escrever encalhou na burocracia estatal.

Antes de Jesuíno, o padre Francisco João de Azevedo (1814-1880) também inventara uma máquina de escrever em Recife. Azevedo efetivamente construiu uma “máquina de madeira”, título da ficção a que lhe dedicou o escritor Miguel Sanches Netto (2012). A partir de uma pesquisa documental, o autor especula que o modelo da máquina inventada pelo padre teria sido copiado por viajantes dos Estados Unidos onde teria sido produzida com sucesso.

A despeito do pioneirismo desses inventores, nas lojas do Rio de Janeiro havia somente máquinas de escrever importadas à venda no fim do século XIX, além de muitos anúncios sobre cursos para aprender a manuseá-las. Em 27 de setembro de 1897, o *Jornal do Commercio* exaltava a Remington como a “mais aperfeiçoada de 26 modelos atualmente existentes”. Dois anos depois, em 22 de janeiro de 1899, no mesmo *Jornal do Commercio* prometia-se na Escola Comercial um “curso completo para aqueles que dedicam ao comércio, preparando bem e com rapidez para as lutas e necessidades da vida”. Aqui transparece um pouco dos usos e simbologia social da máquina de escrever naqueles primeiros tempos. Em primeiro lugar, é preciso destacar que este anúncio estava direcionado para o trabalho de amanuenses, ou seja, funcionários sem muito requinte na administração, um trabalho “menor” destinado a uma escrita mecânica e subalterna. Não por acaso, a máquina será majoritariamente utilizada por mulheres no mercado de trabalho. Tudo isso a despeito da audaciosa defesa de Jesuíno de Almeida, propagando os ganhos intelectuais com o aparelho, uma grande conquista da humanidade.

Imaginação da escrita

Não devemos menosprezar o impacto na imaginação que aos poucos o artefato começa a exercer, um certo fascínio que já se depreende da brevíssima menção no *Jornal do Commercio*, em 1877, ao “curioso” – expressão de espanto – datilógrafo do sr. Recordon. Transmutar-se em máquina de escrever era figura de expressão corrente, o que indica a inclusão da tecnologia no imaginário da escrita. No Folhetim “Os olhos de Emma Rosa”, assinado por Xavier de Montepin, em 25 de maio de 1886, no *Jornal do Commercio* (p. 1), podia-se ler:

Tivemos ocasião de apresentar aos nossos leitores esse escrivão, desempenhando com correção irrepreensível as funções de *máquina de escrever* os interrogatórios ditados pelo juiz e pelos indiciados.

Ora, a correção de que acabamos de falar impõe ao escrivão, personagem muito subalterno, um mutismo absoluto.

Não deve falar senão quando o juiz de instrução lhe dirige a palavra, mas a sua inteligência trabalha, e se está calado, nem por isso pensa menos.(...)

Estranha S.S. o meu procedimento de empregado da associação, em relação à sua posição de membro do conselho fiscal e insinua que devo converter-me em simples *máquina de escrever* e de contar, com acerto e método.

Ora, Sr. Barbosa de Castro... (grifos nossos).

Assim, a máquina de escrever auxiliava nas tarefas rotineiras e menores da burocracia e era promessa de eficiência, sem questionamentos – com mutismo, acerto e método. Para seu ritmo acelerado de trabalho, a fim de cobrir suas dívidas e custos com a numerosa família, o crítico José Veríssimo (1857-1916), em carta de 9 de julho de 1899 ao amigo e diplomata Oliveira Lima (1867-1928), pedia desculpas pela demora em lhe escrever – “desde que me transformei em uma máquina de escrever para ganhar o pão”⁹. Além da sobrevivência, a máquina é referência à necessidade de tempo para dar conta das atividades aparentemente frenéticas: seria promessa de maximização da produtividade.

A metáfora da metamorfose maquínica – é metáfora, pois não há indício de que Veríssimo tivesse na época costume de utilizá-la – apontava para a existência de um campo de trabalho para o crítico, para o editor e para o professor, em suma, para a atuação do letrado. É todo um circuito profissional ritmado pela batida das teclas que se vislumbra. Há uma certa ironia na autoidentificação de Veríssimo como máquina numa carta ao amigo ilustre, na medida em que esta costumava ser relacionada em geral a trabalhos burocráticos: o crítico, portanto, identifica-se como trabalhador das letras, sem espaço para deslumbramentos e arroubos românticos. Era preciso sobreviver.

Ao tornar-se máquina, Veríssimo enfatiza ainda a relação corporal com o aparato. Inventada inicialmente para o uso de cegos, ela exige uma nova postura física para a escrita; ao substituir a pena, cria um distanciamento em relação ao texto (nos primeiros modelos, nem sequer era possível ver as letras que se batiam). A presença da máquina de escrever na correspondência íntima evoca a *materialidade* do circuito de atuação do ofício do crítico. Mesmo que não a usasse, a máquina instaurava, como parâmetro de possibilidades, uma nova relação com a escrita.

“Intimidade com máquina de escrever se conquista aos poucos, através dos olhos, das mãos, dos dedos, ganhando-lhe a confiança e retribuindo-a com carinhos” (TAVARES, s/d). Era isso que dizia Mário de Andrade, ao escrever na máquina uma carta para Manuel Bandeira em 1925: “E agora já sabe: quinze minutos que seja de descanso, estou na frente da Manuela batendo tipo sem parar. Manuela é o nome da máquina, por causa de você. Inventei agorinha mesmo isso. Não refleti nem nada: ficou Manuela” (apud TAVARES, s/d). Mas o modernista, embora aparentemente feliz ao apresentar uma novidade, estava atrasado:

⁹ Justamente naquele período, o crítico de fato trabalhava muito, certamente endividado, respondendo a inúmeras solicitações, inclusive as de sua coluna Revista Literária, no *Jornal do Commercio*. A carta compõe um conjunto de 180 missivas enviadas por Veríssimo a Oliveira Lima, entre 1896 e 1915, que fazem parte do acervo do diplomata preservado na Oliveira Lima Library, na Universidade Católica da América, em Washington. É um material ainda inédito.

Em pleno Modernismo nossos escritores tateavam com timidez no mundo high-tech do teleco-teco do teclado, isso quando Mark Twain já tinha se tornado em 1883 o primeiro autor a submeter um “manuscrito” à editora sob a forma de um texto datilografado (o livro era *Life in the Mississipi*, e Twain não datilografou ele próprio o texto, pagou alguém para isto) (TAVARES, s/d).

Ouve-se nessa comparação o “eco mecânico”¹⁰ de uma modernidade tardia. Não foi o futuro sonhado pelo padre Francisco ou pelo inventor Jesuíno, que passaram a vida dedicados a criar, dentro do próprio país, uma modernidade avançada. Jesuíno buscou se consolar com as imagens de “utopista” e “visionário”, com que se definiu, diante de sua derrota. Para caracterizar melhor a máquina de escrever como personagem importante na trama escrita pelos intelectuais no Brasil, desde quando “modernizar-se” passa a ser palavra de ordem para a vida nos centros urbanos, será necessário mapear e multiplicar exemplos, tarefa para outros artigos e pesquisas.

Considerações finais

É necessário precaução diante de quadro amplo traçado por Kittler, pois se concentra no contexto europeu, onde ao longo do século XIX, na era de ouro do livro e da literatura, “indivíduos plenamente alfabetizados” eram capazes de processar (e ler) nos registros simbólicos da escrita as dimensões do imaginário e do real. Por sua vez, no Brasil os “plenamente alfabetizados”, *happy few*, eram, e talvez ainda sejam, minoria. Neste sentido as preocupações do pesquisador brasileiro devem incluir particularidades de uma modernização que talvez ainda se mantenha em grande medida parcial e periférica, pois se o aparelho proporciona alguma exterioridade, é preciso sempre lembrar que as formas de percepção e auto percepção da periferia são marcadas pelo centro, como nas narrativas dos viajantes. Todavia, nos parece relevante pensar que as resistências encontradas pela adoção do aparelho técnico não impediram que fossem imaginados antes mesmo de serem importados. Esta curiosa relação entre algo que se é capaz de imaginar mas não de realizar parece ser uma fórmula interessante para compreender a cultura brasileira.

Encontrando pioneirismos paralelos em outras mídias, como a invenção da “photographie” por Hercule Florence em 1833 e as primeiras transmissões de voz realizadas por Roberto Landell de Moura em 1893, as duas tentativas de invenção

¹⁰ A expressão é do poema Máquina-de-escrever, de Mário de Andrade, publicado em *Losango Cáqui* (1926), que assim começa: “B D G Z, Remington./ Pra todas as cartas da gente./ Eco mecânico/ De sentimentos rápidos batidos./ Pressa, muita pressa [...]”. O poema expressa o seu fascínio pelo aparelho.

da máquina de escrever no Brasil ensejam o sonho de um futuro outro. Impõe-se um difícil dilema a ser enfrentado para se investigar a história dos meios de comunicação no Brasil: o contraste entre futuro imaginado e realidade vivida. Não se trata de nova questão, pois algo similar se encontra na conhecida comparação de Koselleck (2006) entre “horizonte de expectativa” e “espaço de experiência”. Entretanto, é importante reafirmar que a história das mídias do ponto de vista do Sul inclui uma perspectiva externa que desconsidera qualquer pioneirismo que se encontre fora de seu próprio espaço de experiência.

Na ficção *Máquina de Madeira* lemos: “Um inventor pertence a um país que ainda não existe” (SANCHES NETO, 2012, p. 27). Inventores brasileiros esquecidos pertencem a um Brasil que se realizava apenas na imaginação, como se fossem capazes de atravessar um espelho, enfrentando a teimosa realidade. O inventor que ousa fazer essa passagem encontra, como Alice, a verdade da Rainha Branca: “A regra é: geleia amanhã e geleia ontem... mas nunca geleia *hoje*” (CARROLL, 2002, p. 189). Assim, só se come geleia no outro dia, e “*hoje* nunca é outro dia, entende?”. Se a explicação deixou Alice “horripelmente confusa”, a Rainha reiterou: “É isso que dá viver às avessas”. Só haveria uma “grande vantagem nisso”, segundo vossa majestade: “a nossa memória funciona nos dois sentidos”. Que seja, portanto, uma memória produtiva.

Referências

BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica**: História da imprensa brasileira, vol 1. 5a ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRIZUELA, N. **Fotografia e império**. Paisagens para um Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, Instituto Moreira Salles, 2012.

CARROLL, Lewis. **Alice**: Aventuras de Alice no país das maravilhas & Alice através do espelho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

FLUSSER, V. **A escrita**. Há futuro para a escrita? São Paulo: Annablume, 2010.

GILLEPSIE, Tarleton. The platform metaphor, revisited. In: **Hig Science Blog**, Institut fur Internet und Gesellschaft. 24.08.2017. Disponível em: <https://www.hiig.de/en/blog/the-platform-metaphor-revisited/>. Acesso 20.02.2018.

GUMBRECHT, H. U. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

_____. **Produção de presença**. O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2010.

_____. & PFEIFFER, K. L. (orgs.). **Materialities of Communication**. Translated by William Whobrey. Stanford: Stanford University Press, 1994.

_____. Media History as the Event of Truth: On the singularity of

Friedrich A. Kittler's Works (posfácio). In: KITTLER, Friedrich. **The truth of the technological world**. Stanford University Press: Stanford, Califórnia, 2013.

HAYLES, N. Katherine. How we think: transforming power and digital technologies. In: BERRY, David M. (org). **Understanding digital humanities**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

KITTLER, F. **Discourse Networks 1800 / 1900**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

_____. **Gramophone, Film, Typewriter**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

_____. **Mídias óticas**. Curso em Berlim, 1999. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

MULLER, A.; FELINTO, E. Medialidade: Encontro entre os estudos literários e os estudos de mídia. *Contracampo*, Niterói, n. 19, 2008.

ROCHA, João Cezar de. A materialidade da teoria (Introdução). In: GUMBRECHT, H. U. **Corpo e forma**: Ensaios para uma crítica não hermenêutica. Organização de J. C. C. Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANCHES NETO, M. **A máquina de madeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAVARES, Braulio. Máquina de escrever. In: **Editoras.com**, s/d. Disponível em: <http://editoras.com/maquina-de-escrever/>. Acesso: 20.02.2018.

WELLBERRY, D. Post-hermeneutic criticism. In: KITTLER, Friedrich A. **Discourse Networks 1800/1900** Stanford: Stanford University Press, 1990, p. vii-xxxiii.

Acervos:

Jornal do Commercio – Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional;

Oliveira Lima Library – Universidade Católica da América, Washington, D.C.